



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE EXTENSÃO**

CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS – TURMA I

Coordenação: Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle

Objetivo do curso: Municar o aluno de elementos instrumentais à compreensão do conflito em torno de políticas públicas, que complementem a visão exclusivamente jurídica do fenômeno, contribuindo para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional que se venha a oferecer.

Público-alvo: Graduados e pós-graduados em Direito ou outras áreas do grupo ciências sociais aplicadas.

INFORMAÇÕES

Início: 18/05/2021

Término: 08/07/2021

Horários: 10h as 12h (3ª e 5ª feira)

Valor do Investimento: R\$ 450,00 (parcela única)

Inscrições on-line no site da EMERJ

De 21/04/2021 à 18/05/2021

Documentação para inscrição:

- Identidade e CPF
- Comprovante de depósito

Dados para pagamento:

Transferência bancária

Favorecido: EMERJ (CNPJ 35.949.858/0001-81)

Banco Bradesco (237)

Agência 6246-4

Conta corrente 3005-8

As aulas serão on-line pela Plataforma Zoom.

Importante:

O participante só terá direito ao Certificado, caso obtenha 75% de frequência nas aulas.

PROGRAMAÇÃO

Aula 1 – 18/05/2021

Professora: Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle

Tema: Como e porque o direito descobriu as políticas públicas

Aula 2 – 20/05/2021

Professora: Profa. Ma. Raquel Melo Urbano de Carvalho

Tema: Constituição, Administração e políticas públicas

Aula 3 – 25/05/2021

Professora: Profa. Dra. Flavia Danielle Santiago Lima

Tema: Controle judicial de políticas públicas: o difícil equilíbrio de poderes

Aula 4 – 27/05/2021

Professora: Profa. Dra. Carina de Castro Quirino

Tema: Escolha pública: como ela acontece

Aula 5 – 01/06/2021**Professor:** Prof. Dr. Fabrício Macedo Motta**Tema:** Ciclo das políticas públicas, ação estatal e dinâmica**Aula 6 – 08/06/2021****Professora:** Profa. Dra. Karina Denari Gomes de Mattos**Tema:** Litígios estruturantes: discutindo globalmente políticas públicas**Aula 7 – 10/06/2021****Professora:** Profa. Dra. Karina Denari Gomes de Mattos e Profa. Ms. Leilani Dian Mendes**Tema:** Jurimetria e efetividade da decisão**Aula 8 – 15/06/2021****Professora:** Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle**Tema:** Limites jurídicos à formulação e implementação de políticas públicas**Aula 9 – 17/06/2021****Professora:** Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle**Tema:** Deferência para com as escolhas administrativas**Aula 10 – 22/06/2021****Professora:** Profa. Ma. Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho**Tema:** Dimensão financeira e políticas públicas**Aula 11 – 24/06/2021****Professora:** Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle**Tema:** Políticas públicas e vinculação de recursos**Aula 12 – 29/06/2021****Professora:** Profa. Dra. Adriana da Costa Ricardo Schier**Tema:** Políticas públicas e fomento**Aula 13 – 01/07/2021****Professora:** Profa. Dra. Arícia Fernandes Correia**Tema:** Políticas públicas e cidade (parte 1)**Aula 14 – 06/07/2021****Professora:** Profa. Dra. Ligia Maria Silva Melo de Casimiro**Tema:** Políticas públicas e cidade (parte2_**Aula 15 – 08/07/2021****Professores:** Profa. Dra. Vanice Regina Lírio do Valle e Dr. Juiz de Direito José Guilherme Vasi Werner**Tema:** Desafios futuros no controle de políticas públicas**PROFESSORES****Profa. Dra. Adriana da Costa Ricardo Schier**

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1998), mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2001) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2009). Pós-Doutora em Direito Público pela PUC-Pr (2018) Professora de Direito Administrativo do Centro Universitário Autônomo do Brasil - UniBrasil - na Graduação, no Mestrado e Doutorado em Direito e do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar - Curso de Pós-Graduação em Direito Administrativo. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional - NUPECONST, do UNiBrasil. Vice-Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo. Membro da Comissão de Gestão Pública da OAB-Seccional Paraná. Advogada e Consultora. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo. Atualmente é consultora para assuntos da Administração Tributária de diversos Sindicatos Nacionais e Regionais, especialmente para assuntos da Lei Orgânica da Administração Tributária

Profa. Dra. Arícia Fernandes Correia

Possui Pós-doutorado em Direito Público pela Université Paris I - Panthéon-Sorbonne, com bolsa Capes, Doutorado em Direito Público e Mestrado em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É Professora-Adjunta de Direito e Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação PPGDir

da UERJ, na Linha de Pesquisa de Direito da Cidade. Coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Direito da Cidade (NEPEC), certificado pelo CNPQ. Integra, como Membro Permanente, o Fórum de Direito da Cidade da Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. É Procuradora do Município do Rio de Janeiro. É Membro das Comissões de Direito Constitucional e Direito Municipal da OAB/RJ (triênio 2019-2021).

Profa. Dra. Carina de Castro Quirino

Pesquisadora do Laboratório de Regulação Econômica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ Reg. Doutora em Direito Público na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015). Mestre em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ) (2012-2014). Professora substituta de Direito Constitucional/Administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2017-2018).

Prof. Dr. Fabrício Macedo Motta

Possui Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1998), Mestrado em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (2007). Atualmente, é Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, tendo sido Procurador do Ministério Público de Contas, e Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás. É Vice-Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Direito e Políticas Públicas, na Faculdade de Direito da UFG. É Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (2017-2020). Membro do Conselho Editorial das Revistas A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Revista Brasileira de Direito Público e Interesse Público. Tem experiência na área do Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitação, contratos públicos, concurso público, regime jurídico administrativo, servidor público.

Profa. Dra. Flavia Danielle Santiago Lima

Pós-Doutorado em Direito pela Universitat de València/ Espanha. Mestre e Doutora em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Pernambuco (UPE/Recife). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade DAMAS (MESTRADO). Líder do Grupo de Pesquisa JUSPOLÍTICA - Diálogos, Historicidades e Judicialização de Políticas (Direito/UPE), e Pesquisadora no Grupo PRAETOR - Grupo de estudos sobre Poder Judiciário, Política e Sociedade (Ciência Política/UFPE), registrados no Diretório Geral de Grupos de Pesquisa do CNPQ. Advogada da União, desde 2003 (AGU). Áreas de pesquisa: Judicialização da Política, Ativismo, Autocontenção e Política Judicial, Diálogos Institucionais e Políticas Públicas. Academia: upe.academia.edu/FlaviaDanielleSantiagoLima

Profa. Ma. Heloísa Helena Antonacio Monteiro Godinho

Mestrado em m Políticas Públicas e Gestão Governamental, Administração Pública - (2016 - 2017) no Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, graduação em Direito na Universidade Federal de Goiás, Professora de Direito Financeiro e Direito Tributário. Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Dr. Juiz de Direito José Guilherme Vasi Werner

Doutor em História das Instituições, Política e Bens Culturais (CPDOC/FGV) e mestre em Sociologia pelo IUPERJ/UCAM. Bacharel em Direito pela UERJ. Professor Adjunto na FGV - Direito-RIO. Juiz de Direito no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro desde 1998, Titular do II Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca. Atualmente é Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça/RJ. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de 2013 a 2015. Foi Conselheiro no Conselho Nacional de Justiça, de 2011 a 2013. Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça de abril de 2010 a agosto de 2011 e Juiz Auxiliar do Supremo Tribunal Federal de janeiro de 2008 a março de 2009. Foi Juiz Auxiliar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro entre janeiro de 2007 a janeiro de 2008 e de novembro de 2009 a março de 2010 e integrou o Conselho Recursal dos Juizados Especiais do Rio de Janeiro em 2005/2007, 2009/2010 e 2015/2017.

Profa. Dra. Karina Denari Gomes de Mattos

Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGD/UFRJ (2016-2020). Pesquisadora do Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas - CeDHE/FGV DIREITO SP (2019, atual). Pesquisadora Visitante em Kellogg Institute for International Studies - University of Notre Dame com bolsa CAPES - Programa Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE (2018). Mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - FD/USP (2012-2015). Editora Adjunta da Revista Teoria Jurídica Contemporânea - Programa de

Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGD/UFRJ (2017-Atual). Advogada.

Profa. Ma. Leilani Dian Mendes

Mestre em Direito em dos Negócios da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2016). Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus (2011). Atuou na área de Direito Societário e Direito dos Contratos. Há alguns anos se dedica a temas de Direito e tecnologia, em especial equity crowdfunding e programação de documentos jurídicos. Tornou-se engenheira jurídica na Looplex S.A., onde é responsável pela automação e programação de documentos jurídicos (transformação digital de conteúdo). Além disso, idealizou o projeto educacional Looplex Academy, sendo hoje a coordenadora responsável por estruturar e executar todos os cursos de programação aplicada ao Direito e auxiliar na condução das atividades da Comunidade Lawtex. Na academia, idealizou um projeto piloto de ensinar programação para operadores do Direito em parceria com a FGV Direito SP e realiza atividades acadêmicas na FGV Direito SP e FGV Law.

Profa. Dra. Ligia Maria Silva Melo de Casimiro

É professora do Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Ceará - UFC; Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da mesma Universidade; graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, DOUTORA em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUC/PR; MESTRE em Direito do Estado pela PUC/SP; ESPECIALISTA em Direito Constitucional pela UNIFOR-CE; Foi professora do Centro Universitário Christus, em Fortaleza, na disciplina de Direito Administrativo II, foi coordenadora de pesquisa da mesma Faculdade e professora associada do Escritório de Direitos Humanos vinculado ao Curso de Direito até fevereiro de 2018. Presidente do Instituto Cearense de Direito Administrativo - ICDA; Coordenadora regional do IBDU; Diretora do IBDA; Coordenadora regional de IBDU; Ex coordenadora de pesquisa do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico desde 2016; Membro do Instituto Latino Americano de Estudos sobre Direito, Política e Democracia; Foi professora convidada de Pós Graduação da Universidade Regional do Cariri - URCA ; Professora colaboradora do Instituto Romeu Felipe Bacellar até 2016, em Curitiba/PR. Foi pesquisadora pelo Instituto Pólis, São Paulo- SP. Autora do livro Direito a Moradia no Brasil: política e acesso por meio da regularização fundiária, pela Editora Fórum e de diversos artigos em revistas qualificadas. Foi professora auxiliar no programa de pós graduação lato sensu da PUC/SP - COGEAE, Foi professora da Universidade Positivo de 2001 a 2007, nas disciplinas de Direito administrativo I e II e professora do Núcleo de prática jurídica da mesma Universidade. Foi procuradora-geral do Município de Piraquara-PR(2005/2006). Foi também conselheira de Urbanismo e membro da comissão de estudo e trabalhos do Plano Diretor da mesma cidade, coordenadora do Projeto de regularização fundiária do mesmo município. Foi ainda assessora da Coordenadoria de Direitos da Cidadania da Secretaria de Estado da Cidadania de 2003 a 2004; Conselheira Estadual de Direitos Humanos; Conselheira Estadual da Criança e do Adolescente; Conselheira Estadual de Segurança Alimentar, todos no Estado do Paraná e, ainda, membro da Comissão Estadual dos Conselhos de Segurança do Estado do Paraná, entre 2003/2004. Foi procuradora geral da FUNCAP/CE entre 1997-2000.

Profa. Ma. Raquel Urbano de Carvalho

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(1994) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(1997).

Profa. Dra. Vanice Regina Lório do Valle

Visiting Fellow no Human Rights Program da Harvard Law School. Pós-doutorado em Administração pela EBAPE/FGV e Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho (2006), é também Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESA/RJ, Procuradora do Município do Rio de Janeiro, produtora de conteúdo digital na área jurídica. Vanice Valle atuou como tutora e conteudista de curso de curta duração EaD, do Instituto Rui Barbosa, 2013; como tutora e conteudista do Curso Saber Direito, da TV Justiça, 2017. É coordenadora, apresentadora e conteudista do Programa GPS Acadêmico (desde 2017), programa semanal de orientação quanto ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica, seja no campo da graduação, seja na pós-graduação em sentido estrito, com mais de 100 (cem) episódios produzidos. Tem ainda em seu background, o desenvolvimento de atividades de gerenciamento na área pública, titularizando a Secretaria Municipal de Administração do Rio de Janeiro, e ainda a Secretaria de Estado de Administração do Rio de Janeiro. A experiência na área de Direito Público, com ênfase nos temas de direitos fundamentais e jurisdição constitucional, tem direcionado sua atividade acadêmica, mantendo-se sempre o contato com o Direito Administrativo.